

Crise acentua o debate parlamentarista

Marcondes Sampaio

"A ideia parlamentarista está crescendo na proporção do agravamento da crise econômica" — afirma o secretário-geral da Frente Parlamentarista, deputado Victor Faccioni (PDS-RS), ao manifestar a convicção de que a Assembléia Constituinte aprovará a reintrodução desse sistema de governo no país.

Uma das razões do convencimento de Faccioni é uma pesquisa que ele está realizando entre os novos parlamentares e que indica a aceitação do parlamentarismo por cerca de 65% dos Constituintes. O problema — reconhece o deputado gaúcho — é a pluralidade de formas parlamentaristas defendidas por deputados e senadores.

Na realidade, levantamentos realizados nos últimos meses por jornais e institutos que acompanham os trabalhos da Constituinte confirmam, com algumas variações, que a inclinação parlamentarista de fato se situa em torno dos 60%. Isso representa um crescimento significativo em relação aos índices observados no Congresso anterior, mais precisamente em 1983, quando uma pesquisa realizada pelo jornal O Globo apontou uma proporção de 42% de adeptos do parlamentarismo.

Além do crescimento do número de adeptos no Congresso, os parlamentaristas estão satisfeitos com o aparecimento de sintomas de que o governo também se inclina a aceitar a adoção do sistema, como saída para a crise econômica e suas implicações políticas. Um desses sintomas foi a declaração feita no início da semana pelo líder do governo na Câmara, Carlos Santana, propondo a realização de eleições diretas em 1990, sob um governo parlamentarista. Santana ressal-



Fotos: Arquivo

Faccioni trabalha para obter a adesão dos constituintes

vou, depois, que não falara na condição de líder do governo, mas apenas expressando posição pessoal, ressalva que não minimizou a repercussão da sua proposta entre os parlamentaristas.

Nesse fim de semana, em longa matéria a respeito do Parlamentarismo, a "Agência Estado" cita um desabafo do presidente Sarney, segundo o qual esse sistema "seria ótimo", porque "assim a responsabilidade das crises ficaria com o Congresso a um grupo de amigos — ainda de acordo com a Agência — foi o senador Afonso Arinos, do PFL,

que recentemente levou ao conhecimento do presidente da República a tendência parlamentarista dos Constituintes.

Na legislatura passada, quando era senador, Sarney esquivou-se de assinar três propostas parlamentaristas que chegaram a ser formalizadas, sob a alegação de que seu apoio poderia representar um alinhamento oficial do partido.

Victor Faccioni, aceita que o mandato de Sarney continua sendo de dois anos, desde que os dois últimos transcorram sob o sistema parlamentarista.

Modelo é cópia francesa

Quando se fala em parlamentarismo misto, o modelo que vem à mente dos defensores do sistema com maior freqüência é o francês, copiado, basicamente, na década passada, pela democracia portuguesa.

O que distingue bem a forma francesa é o artigo 16 da Constituição daquele país, que reza: "Quando as instituições da República, a integridade do território ou o cumprimento dos compromissos internacionais forem ameaçados de forma grave e imediata e quando o funcionamento regular das autoridades governamentais for interrompido, o presidente da República tomará as medidas necessárias nas circunstâncias, após realizar consultas oficiais com o premier, (Senado e Assembléia Nacional) e o Conselho Constitucional".

Ainda no modelo francês, o presidente da República preside o Conselho de Ministros — o que não é comum no sistema parlamentarista.

A forma francesa inspirou os integrantes da chamada Comissão Afonso Arinos, que no ano passado elaborou um anteprojeto de Constituição, criando um modelo qualificado de "dualismo de complementariedade". Esse modelo preservaria muitos dos poderes do presidencialismo, mas também instituiria o sistema de gabinete, com a existência, ainda, de um conselho de estado, que atuaria como "órgão superior de consulta do presidente da República".

Pela proposta da Comissão, a Câmara teria sua composição



reduzida de 487 para 420 membros; os deputados não teriam mais direito a jeton e as atividades do Congresso seriam ampliadas em mais 15 dias.

Uma das questões que preocupam parlamentares que se opõem ao parlamentarismo é a possibilidade de agravamento da

instabilidade dos quadros administrativos em todos os escalões, nas mudanças do gabinete. Levando-se em conta que atualmente o governo dispõe de 10 mil cargos para distribuir entre os políticos e assim assegurar maioria parlamentar no Congresso, há o temor de que no parlamentarismo, a barganha se torne ainda maior, com mudanças frequentes nos quadros da administração e maior perseguição política a servidores públicos.

O senador Nelson Carneiro considera essa preocupação inconsistente, sustentando que o parlamentarismo teria condições de consolidar a burocracia, dando maior estabilidade à carreira administrativa, ficando passíveis de demissão (ou desconfiança) apenas os ministros e seus auxiliares diretos.

Jango fez última experiência

O sistema parlamentarista foi adotado no Brasil durante o Império e no início do governo João Goulart — entre o dia 2 de setembro de 1961 e seis de janeiro de 1963. Essa última experiência foi a saída encontrada na época pelas lideranças políticas e militares, em razão das resistências que setores das Forças Armadas opuseram à posse de João Goulart na presidência. Jango era vice-presidente e estava em visita à China quando Jânio Quadros renunciou, no dia 25 de agosto de 61, gerando uma grave crise institucional.

Acertada a fórmula parlamentarista, como maneira de reduzir o poder de Goulart, mesmo assim ele conseguiu impor-se às resistências do Congresso e, já na

pregação do seu programa de reformas de base, atraiu o apoio da opinião pública para a derubada do sistema que assegurou sua posse. Nos 15 meses de duração da experiência, foram três os primeiros ministros: o mineiro Tancredo Neves; o gaúcho Brochado da Rocha e o paulista Hermes de Lima.

Utilizando a máquina governamental, Jango estimulou a campanha do "não" ao parlamentarismo através de palavras de ordem com "Não à miséria", à desordem e violação das liberdades". No plebiscito, realizado no dia 6 de janeiro de 63, o "não" ganhou esmagadoramente: 9.457.000 eleitores votaram contra o parlamentarismo e apenas 2.073.000 a favor.

Aprovação do sistema será dificultada

Apesar do otimismo do secretário-geral da Frente Parlamentarista e do presidente desse grupo, senador Nelson Carneiro, a aprovação do parlamentarismo não parece tão pacífica quanto pretendem os partidários do sistema. Acontece que uma razoável parcela dos 65% de parlamentaristas citados por Faccioni defende o sistema apenas em tese, entendendo que sua adoção somente deve ocorrer quando o país estiver mais amadurecido politicamente, e não como forma de contornar crises.

Caso típico é o do senador paranaense José Richa, do PMDB, um dos "presidenciáveis" do partido. Ele acha que o parlamentarismo "é tão bom que seria uma temeridade, um desperdício, adotá-lo agora, para resolver mais uma crise, e o sistema acabar sendo desacreditado".

"O parlamentarismo pressupõe um congresso e um sistema partidário fortes, passando pela consolidação do voto distrital. Posso até votar uma proposta parlamentarista, desde que para virar somente daqui a 10 anos. O país ainda não está preparado".

Ao visitar o Congresso, terça-feira, um dos mais antigos parlamentares — o Ministro da Justiça, Paulo Brossard — fez questão de ressaltar que não aceita uma "contrafação, mas um parlamentarismo de verdade". O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, é ainda mais explícito: "Defendo o parlamentarismo, mas não de forma casuística, para superar uma crise eventual".

Como se vê, o fator que os parlamentaristas mais entusiasmados encaram como capaz de apressar a adoção do sistema — a crise econômica — poderá, ao contrário, inibir a aprovação da proposta. Ao lado da avaliação do atual quadro de instabilidade de instituições fundamentais ao parlamentarismo, pesa contra esse sistema o fracasso da experiência de 1961/1963, adotada como forma de assegurar a posse de João Goulart na presidência da República, contornando a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros.

Outro complicador da opção parlamentarista é a variedade de formas; uma diversificação que



Richa, a favor, mas para virar daqui há 10 anos

resulta do interesse da maioria dos deputados e senadores de preservar algumas das características e vícios do presidencialismo — como a fisiologia e a intocabilidade dos seus mandatos. Num sistema parlamentarista clássico, os Parlamentares são sujeitos à sua dissolução.

O parlamentarismo é tão bom, segundo Richa, que seria uma temeridade adotá-lo agora

hipótese difícil de ser aceita pela maioria dos Constituintes, o que levou o deputado gaúcho Rospide Neto (PMDB), a observar: "Sem dissolução, não há parlamentarismo".

O candidato derrotado à presidência da Câmara, Fernando Lyra, que é presidencialista, aposta que o parlamentarismo não será aprovado precisamente devido a essa característica essencial.

O vice-líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira, é outro cético. Ele considera praticamente inviável o surgimento

de uma proposta capaz de obter o consenso dos parlamentaristas "tais os interesses e detalhes que serão levados em consideração". O próprio Victor Faccioni e o senador Nelson Carneiro reconhecem a complexidade da questão e Faccioni adianta inclusive que há 65% de parlamentaristas que recusam o sistema puro, preconizando formas mistas.

Ulysses
Uma das dúvidas existentes é quanto à real posição do presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, a respeito do parlamentarismo. Até o ano passado ele sempre se proclamou presidencialista, mas agora já existem versões indicando que Ulysses admite a mudança do sistema inclusive porque despontaria, naturalmente, como primeiro ministro.

O deputado paranaense Euclides Scalco desacredita essa especulação, assegurando que o presidente da Constituinte "está trabalhando contra o parlamentarismo". Fernando Lyra entende o contrário, sustentando que "no momento a maioria é parlamentarista para acompanhar Sarney e Ulysses". E acrescenta: "Todo mundo já sabe quem será o primeiro-ministro — Ulysses".

Segundo o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, Ulysses estaria se rendendo à ideia parlamentarista por se dar conta das dificuldades de realizar seu sonho de chegar à Presidência da República.

O parlamentarismo, ainda na visão de Brandão Monteiro, faria parte de um "cronograma articulado pelos atuais detentores do poder", que culminaria com a adoção do sistema em 1990.

Os contrários
Para neutralizar o avanço parlamentarista deve-se levar em consideração, ainda, a existência de lideranças políticas ostensivamente contrárias ao sistema, como, no PFL, os ministros Marco Maciel e Aureliano Chaves, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o presidente dessa Casa, Humberto Lucena e, fora do Congresso, o governador Leonel Brizola.

Quando o líder governista Carlos Santana defendeu o parlamentarismo, semana passada, o líder do PDT, Brandão Monteiro, afirmou que a resposta do seu partido a essa proposta seria o apressamento da campanha das diretas. Brandão não disse mas é sabido que em meio à crise econômica, Brizola se considera com maiores chances de chegar à presidência da República. Quanto à preferência do governador fluminense pelo presidencialismo, ela pode ser explicada pelo próprio temperamento caudilhesco de Brizola, incompatível com um sistema de governo em que o Presidente tem seus poderes sensivelmente reduzidos.